

OS PRIMÓRDIOS DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE TIRIRI¹

CHRISTINE RUFINO DABAT²

Resumo. Este artigo trata do início da Cooperativa Agrícola de Tiriri, Pernambuco, no começo dos anos sessenta, quando sua criação levantou grandes esperanças nos mais diversos setores da opinião, a respeito da possibilidade de encontrar respostas pacíficas às crescentes tensões sociais no meio rural.

Palavras-chave: Zona canavieira. Trabalhadores rurais. Cooperativa.

Abstract. This article deals with the beginnings of Tiriri Agricultural Cooperative (Pernambuco, Brazil) in the early 1960's, when its foundation

¹ Versão revisada e aumentada do artigo “Os primórdios da Cooperativa Agrícola de Tiriri”. In *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*. ISSN 0102-9487. Série História do Nordeste, N. 16. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996, p. 41-63. Os dados de base utilizados para a redação deste artigo foram reunidos no decorrer de uma pesquisa mais ampla, em colaboração com a geógrafa Jacqueline Grandjean, Professora na Universidade de Reims, França. Sou-lhe muito grata, ademais, pelos conselhos e encorajamentos; uma versão reduzida deste texto, em francês, foi publicada sob o título: “Une expérience pilote dans le Brésil des années soixante: la Coopérative de Tiriri”. In *Cahiers du CELAIS*. N°8-1997. *La terre comme enjeu politique en Amérique Latine: discours et réalités*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, p. 71-105. Revisão Isabelle Velay Rufino.

² Professora no Departamento e Programa de Pós-graduação em História da UFPE. christine.dabat@ufpe.br

fostered great hopes in many public opinion sectors, as to the possibility of finding peaceful answers to growing rural social tensions.

Keywords: Sugar cane area. Rural workers. Cooperative.

Desde sua fundação, no início dos anos 1960, a Cooperativa Agrícola de Tiriri atraiu muita atenção. Experiência piloto entre trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco, ela tornou-se rapidamente um símbolo. Para o governo federal, seu patrocinador, ela constituía uma investida numa direção inexplorada: tratava-se de uma espécie de laboratório destinado a testar uma nova fórmula de organização da produção entre canavieiros aos quais se dava acesso à terra. Faltava experiência a este respeito, e a cooperativa surgiu precisamente num momento em que amplos setores da sociedade encaravam uma reforma agrária como indispensável: indispensável para modernizar a agricultura, a grande propriedade aparecendo então como retrógrada, até mesmo em termos econômicos; indispensável também para acalmar os espíritos, pois “confusões”³ surgiam no meio rural com a emergência dos sindicatos, mas sobretudo com a ação das Ligas Camponesas.⁴

Recuperada após o golpe militar de 1964,⁵ e sofrendo mudanças forçadas nos seus efetivos em concordância com a nova situação, a Cooperativa de Tiriri foi obrigada a modificar as premissas da experiência, abandonando a produção coletiva. Ela adquiriu também algumas singularidades suplementares, como de estender suas posses por vários municípios,⁶ comprando engenhos e usinas, sempre graças à prodigalidade das autoridades federais. Esta reconversão ideológica assim como a expansão geográfica e setorial da empresa tiveram conseqüências importantes sobre a composição do conjunto de associados: vários membros fundadores foram substituídos por pessoas, às vezes, sem qualquer ligação com o meio rural.

Em razão da sua falência econômica, de intervenções administrativas sucessivas, bem como de condenações na Justiça do Trabalho, a cooperativa é tida como um fracasso. Contudo, este julgamento é retrospectivamente alargado a toda sua existência e dotado – pouco inocentemente – de conotações inferindo um resultado inelutável: pelas suas características intrínsecas, a experiência estaria fadada ao insucesso. O engenho Galiléia e as cooperativas de Caxangá⁷ e de Tiriri, embora iniciativas diferentes entre si,

são muitas vezes associados para compor um tríptico de tentativas: um conjunto ou uma repetição de fracassos fornecendo a prova irrefutável e definitiva de que a Reforma Agrária, ou qualquer outra reorganização democratizante da produção na zona canavieira de Pernambuco é inviável. Em outros termos, os canavieiros seriam incapazes, não preparados e/ou não dispostos a assumirem a organização da produção.

Embora notável pela sua duração, pela vastidão das terras abrangidas e populações contempladas, é sua função política, ideológica e simbólica na região que confere à Cooperativa de Tiriri sua originalidade. Pois, a cada episódio de sua tumultuada história, foi-lhe atribuído um papel singular na cena política do momento, principalmente em relação à questão da reforma agrária. A utilização política do seu itinerário e de seus resultados torna-a uma ocasião para debates, transforma-a em argumento toda vez que se trata de colocar em causa a estrutura fundiária, a organização da produção ou as relações de trabalho na região canavieira. Modelo ou contra-modelo, exemplo a ser seguido ou evitado, ela nunca é, de fato, uma simples cooperativa de produção agrícola. As interpretações e opiniões a respeito são veementemente opostas, a documentação de acesso precário, tornando sua abordagem histórica mais complexa e mais desafiadora.

Ao longo de sua história, a cooperativa de Tiriri foi marcada pela presença e ação de um eclesiástico: seu nome lhe está associado ainda hoje, embora o Pe Melo tenha efetivamente conduzido a cooperativa por poucos anos. No entanto, ele definiu por muito tempo sua orientação, dando um tom ideológico nítido ao discurso que acompanhava a extensão de Tiriri. Neste sentido, o papel da Igreja e de seus representantes no meio rural da região adota uma coloração peculiar.⁸

Pode-se distinguir três fases na história da cooperativa de Tiriri: a primeira limita-se ao ano inicial de sua existência, da fundação até o golpe militar de 1964; a segunda compreende sua retomada pelas elites tradicionais da região, reinstaladas no poder pelo novo regime, e o parcelamento das terras em 1968; a terceira comporta a extensão industrial de suas atividades, com a compra das usinas de Mussurepe e Serro Azul (a partir de 1978).⁹

Apenas a primeira fase será abordada aqui, momento geralmente evocado de forma pouco detalhada apesar da originalidade dessa experiência numa época de rara efervescência política e social. Os trabalhos acadêmicos¹⁰

sobre Tiriri têm muitas vezes o mérito de basear-se em entrevistas com os lotistas, procurando determinar o relativo sucesso ou insucesso (individual e/ou coletivo) da cooperativa em termos econômicos. Graças aos depoimentos de pessoas que participaram, a diversos títulos, de seu destino desde o início, propõe-se nestas páginas resgatar os primórdios da cooperativa.¹¹ Atores e testemunhas, eles apreendiam a dimensão política e ideológica desta experiência, sem menosprezar os aspectos do cotidiano e suas dificuldades.

1. A CRIAÇÃO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE TIRIRI

A luta em favor do acesso à terra, pelos que a trabalham de sol a sol, é uma das reivindicações mais sentidas e mais legítimas. Seu atendimento constitui elemento de fundamental importância na consolidação dos direitos democráticos. A questão da terra no Brasil deve ser resolvida evidentemente de acordo com as características próprias de cada região. Há pessoas que se assustam com palavras. O surpreendente, no entanto, é que não percam o sono diante do panorama social do país, onde o povo pobre luta para viver em um território potencialmente poderoso. O Brasil reclama uma reforma agrária que possibilite uma revisão nas relações jurídicas e econômicas entre os que trabalham a terra e os que detêm a propriedade rural para que se possa libertar o problema agrário de seus seculares entraves, para que se proporcione maior produtividade ao agricultor, assegurando-lhe justa participação nas riquezas, e para adotar-se no País uma agricultura moderna e mecanizada de alto rendimento econômico. (...) Ou se faz a Reforma Agrária imediatamente, ou a revolução estará nas ruas.

João Goulart¹²

O contexto

Monocultura e concentração fundiária constituem o binômio clássico caracterizando a situação socioeconômica na zona canavieira de Pernambuco desde a conquista e colonização portuguesas; ele acompanhou o confisco armado das terras ameríndias em prol das grandes dinastias açucareiras cuja

permanência no poder e práticas endógamas garantiram-lhes, no decorrer dos séculos, a exclusividade deste apanágio. Estas feições manifestam particular intensidade na região sul da Zona da Mata, onde se situa justamente o lugar de origem da Cooperativa de Tiriri. Ademais, pesa sobre a região a herança recente da escravidão. A abolição adotada pelas elites brasileiras, não transformou inteiramente as concepções dominantes quanto às relações entre donos da terra e aqueles que a trabalhavam. Sem imigração estrangeira (explicitamente recusada¹³), a modernização social com o assalariamento e técnico com a instalação das usinas, foi apenas, segundo a feliz denominação dada por Peter Eisenberg, uma “*modernização sem mudança*”.¹⁴

Na época da criação da Cooperativa de Tiriri, a miséria dos trabalhadores rurais da região, a precariedade de suas condições de vida e de trabalho eram denunciadas por personalidades tão famosas quanto Josué de Castro.¹⁵ Celso Furtado, então superintendente da SUDENE, dava as dimensões deste drama humano mostrando o que ele tinha de paradoxal: “*Na zona mais rica do Nordeste, chamada ‘Zona da Mata’, 95% da população é desnutrida, não recebendo alimentos suficientes para um dia normal de trabalho.*”¹⁶ Estas considerações, aliadas a outros problemas particulares do Nordeste, tornavam a região objeto da atenção inquieta das autoridades. A gravidade da situação não permitia hesitar sobre a envergadura das medidas a serem tomadas: “*Não é possível pensar numa solução para o Nordeste sem Revolução*”, continuava Furtado, “*Estamos criando as condições para que seja uma revolução branca.*”¹⁷

O título do notável livro de Joseph Page, *A Revolução que Nunca Houve*,¹⁸ evoca precisamente o clima político que reinava na época da fundação da cooperativa de Tiriri. Visitando então a região, ele conta: “*As pessoas não estavam mais perguntando se haveria uma revolução, mas sim quando ela aconteceria e qual a direção que tomaria.*”¹⁹ Segundo a opinião dos observadores, inclusive estrangeiros,²⁰ uma revolução social de origem camponesa era portanto muito provável no Nordeste no início dos anos 1960. Tal interpretação de fatos finalmente limitados, tanto no seu âmbito geográfico quanto nas suas conseqüências sociais e políticas,²¹ devia muito de sua credibilidade à recente história da China continental e sobretudo de Cuba com as opções cada vez mais radicais de seus dirigentes, sobretudo em relação à organização da produção agrícola.

Com efeito, a forte dominante açucareira da produção cubana, bem como a questão do mercado norte-americano de açúcar, tendiam a tornar mais plausível ainda uma aproximação – para não dizer uma assimilação – da situação nessas duas regiões tropicais e exportadoras de açúcar: Cuba e a zona canavieira do Nordeste brasileiro apresentavam feições parecidas que tornavam mais fáceis as predições – desejadas ou temidas – de um destino similar. Antes mesmo da aventura de Che Guevara na Bolívia, os governos norte-americano e brasileiro receavam um fenômeno de contágio capaz de ameaçar a ordem existente no continente. Os jornais publicavam alertas contra o perigo de “*cubanização*”²² da região, com uma frequência um tanto suspeita. Assim, o discurso reinante de guerra fria, diretamente importado da América do Norte, impregnava-se de um sabor tropical sem perder nada de sua conhecida virulência.

O ponto central da questão social no meio rural brasileiro dizia respeito à propriedade da terra, ou seja, à necessidade de transformar a “*estrutura fundiária arcaica*” herdada da colonização.²³ Na zona canavieira de Pernambuco, sobretudo na sua parte sul, a concentração fundiária atingia²⁴ taxas extraordinárias. Ademais, a densidade de população e a miséria dos trabalhadores rurais compunham um conjunto considerado explosivo.²⁵ Nos anos 1950 e 1960, época em que o Proálcool ainda não tinha devolvido seu brasão de modernidade à agroindústria açucareira, a organização da produção e a distribuição da propriedade em tão poucas mãos eram tidas como obsoletas.

O respeito às liberdades democráticas sendo assegurado de maneira inédita pelas autoridades estaduais e federais, as formas de organização e de agitação políticas floresciam e se diversificavam, ao mesmo tempo em que ganhavam em audiência e sobretudo em visibilidade. Esta efervescência social atraía também as forças políticas constituídas das tendências as mais opostas, como algumas correntes da Igreja católica que disputavam o terreno sindical rural com as Ligas Camponesas de um lado e, do outro lado, com o temido embora muito legalista Partido Comunista. A miséria, o desemprego sazonal mas sobretudo as ameaças crescentes de demissão em massa, em decorrência das melhorias trabalhistas concedidas ao homem do campo, preocupavam as autoridades tanto a nível nacional quanto local.

A maioria dos discursos era dominada pela necessidade de criar fórmulas que sejam viáveis economicamente mas também capazes de gerar relações

harmoniosas entre as classes. O usineiro Rui Cardoso louvava a solução da Cooperativa de Tiriri: “*o exemplo do que pode fazer o entendimento entre patrões e empregados sem se recorrer a reformas anticristãs e antidemocráticas.*”²⁶ Até os meios acadêmicos²⁷ participavam de debates, diária e barulhentos amplificados pela imprensa, sobre as melhores soluções possíveis. Esta questão era tratada com um tom de urgência que anunciava catástrofes iminentes, caso medidas adequadas não fossem adotadas. A natureza e escala destas variavam naturalmente de acordo com os autores.

Em suma, parecia inevitável garantir o acesso à terra das massas rurais da região,²⁸ cuja rebelião vislumbrou-se: no sentido da justiça social para alguns; de uma operação preventiva para evitar perturbações sociais, para outros; ou ainda rumo à modernização do uso do solo, útil para o progresso econômico nacional, segundo os técnicos encarregados dos programas de desenvolvimento. Sob diversas modalidades, então, esta idéia encontrava defensores, até mesmo entre as potenciais “vítimas” de tais medidas (parciais e paliativas na maioria das proposições enunciadas²⁹), como o governador (e usineiro) Cid Sampaio. Ao louvar a ação da Companhia de Revenda e Colonização (CRC),³⁰ ele afirmava: “*no final do meu governo não haverá mais qualquer problema de reforma agrária em Pernambuco.*”³¹ O usineiro Armando Monteiro Filho, quando Ministro da Agricultura, declarava à imprensa do Sul do país: “*A Reforma Agrária, que se impõe como inadiável, é um movimento que resulta do desajuste social.*”³²

Obviamente, os termos de “*Reforma Agrária*” ou ainda “*Revisão Agrária*” abrangiam um grande elenco de propostas: desde a “*abolição da grande propriedade*” reivindicada pelas frações mais radicais do movimento camponês, até a tímida desapropriação de estreitas faixas ribeirinhas dos rios, açudes e rodovias projetada pelo governo Goulart. No entanto, a preocupação em encontrar uma solução social, se possível negociada, era compartilhada por muitos.

A Cooperativa de Tiriri nasceu então como um exemplo de resolução pacífica de tais problemas, ao mesmo tempo social e economicamente satisfatória. Esperava-se desta experiência que ela fornecesse um modelo aplicável a regiões onde o clima social fosse considerado como particularmente tenso. Mas ela resultou também da conjunção de fatos singulares – ou mesmo improváveis – que compunham o contexto imediato do seu início.

Os atores

Pequenos produtores, ocupando as terras da Rede Ferroviária do Nordeste³³ e ameaçados de expulsão pelo crescimento industrial do Cabo, pediram ao vigário do município, Antônio Melo, que fosse seu intermediário junto às autoridades para assegurar sua permanência nessas terras.

Os trabalhadores rurais do engenho Tiriri³⁴ e de vários outros engenhos pertencendo aos mesmos proprietários se encontravam em situação de conflito com estes quanto ao respeito às novas normas salariais e trabalhistas.³⁵ Organizados em Liga Camponesa havia vários anos, eles tinham ligações estreitas com o movimento sindical então em formação e com militantes políticos que os colocavam a par das novas perspectivas oferecidas pela conjuntura nacional. Estavam dispostos a lutar, mas também a tentar um novo empreendimento, algo que poderia garantir-lhes um futuro menos desesperador do que o destino miserável dos cortadores de cana da região.

Os proprietários usineiros: dois jovens irmãos, Rui e Valter Cardoso, recém herdeiros de duas usinas e vários engenhos – embora não pertencessem às linhagens da aristocracia açucareira³⁶ – declaravam ter dificuldades em assumir as responsabilidades financeiras que lhes cabiam com as novas normas de pagamento dos assalariados rurais.³⁷ Cidadinos e preferindo a atividade industrial, eles mostraram-se sensíveis às vantagens econômicas da proposta que a SUDENE lhes fez em nome dos trabalhadores: a locação das terras de cinco engenhos, mediante um contrato apresentado como lucrativo para ambas as partes.³⁸

Os irmãos Cardoso tiveram no entanto que resistir às pressões de seus colegas usineiros e plantadores.³⁹ Para estes, entregar a parte agrícola da produção de açúcar nas mãos dos canavieiros – renunciando desta feita, mesmo parcialmente, ao monopólio da terra e da atividade agroindustrial – era mais do que um procedimento questionável, capaz de engendrar um precedente embaraçoso. Tratava-se de uma heresia, de um perigoso ‘sacrilégio’.⁴⁰ Defendendo sua escolha em nome da livre empresa, os irmãos Cardoso frisavam:

Há, entre os camponeses, uma forte dose de entusiasmo e otimismo (...) e creio no desenvolvimento da cooperativa, sobretudo porque acredito na capacidade do nosso camponês.⁴¹

O Pe Melo, pároco do Cabo, conseguia atrair discípulos entre os jovens e os camponeses⁴² com um discurso populista de coloração fascista e contava com fortes apoios nas mais altas esferas políticas. Eloqüente, pregava a organização dos trabalhadores em sindicatos, segundo os ensinamentos do papa João XXIII,⁴³ contra ambos comunistas e capitalistas. “*Nunca fui de esquerda. Nem esquerda, nem direita, nem centro. Não sou jogador de futebol.*”⁴⁴ Apresentando-se como um inovador, ele afirmava ser o único a falar em reformas indispensáveis para sair do “*primitivismo*” que caracterizava a atividade agrícola na região.⁴⁵ “*Os reacionários não falam por medo, e as esquerdas por tática.*”⁴⁶ Prevendo uma “*revolução que deverá ser feita: as circunstâncias dirão como*”, ele anunciava à imprensa que “*milhares de camponeses marcharão sobre Brasília*” baixo seu comando,⁴⁷ dando assim a medida do papel que pretendia jogar no drama social e político em curso.

Apesar de formulações aparentemente radicais, sua posição em matéria de reforma agrária era moderada: desapropriação das terras improdutivas (em troca de indenização em espécie) e assentamento dos novos proprietários de forma a “*ampliar este direito de propriedade, chamando outras parcelas da população a defendê-lo também.*”⁴⁸ Referindo-se à doutrina social da Igreja católica e aos ensinamentos do papa João XXIII,⁴⁹ ele defendia a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos.⁵⁰ Mas agia essencialmente para limitar a influência crescente do Partido Comunista, sobretudo na Mata Sul, sob a liderança prestigiosa de Gregório Bezerra. Oposto à exploração coletiva da terra,⁵¹ Pe Melo defendia o cooperativismo para os pequenos produtores garantirem seu legítimo lugar na sociedade: “*A cooperativa dos próprios camponeses iria fazê-los proprietários de cana e eles não seriam, então, empregados da usina mas proprietários da cana; seriam fornecedores da cana.*”⁵²

Mais tarde, ele justificaria a aquisição de usinas com o mesmo argumento da ascensão social (aparente), pois “*os camponeses também [seriam] usineiros.*” Embora o Pe Melo tenha apenas conduzido a cooperativa – por intermédio de outra pessoa – de 1968 a 1982, ele exerceu uma influência inegável sobre seu destino e, mais amplamente, sobre o meio rural nesta região.

As autoridades federais, no mais alto nível, manifestaram interesse pela experiência com generosa solicitude do Presidente da República, João

Goulart, e do Superintendente da SUDENE, Celso Furtado. Ansiosos em desenvolver o país, eles associavam estreitamente o destino nacional e regional à modernização da economia e à resolução da questão social. As tensões entre plantadores e trabalhadores rurais, frutos lamentáveis do ‘atraso’ da região, contavam entre as tarefas prioritárias da SUDENE.⁵³ Era preciso procurar atingir as causas profundas desta situação para permitir que finalmente eclodisse o tão desejado desenvolvimento econômico e social.

O surgimento de diversas formas de organização dos canavieiros (Ligas Camponesas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais) envolvia também o poder público na medida em que a estrutura sindical brasileira de inspiração mussoliniana o exigia. Mas também, porque as autoridades federais finalmente decidiram favorecer o mais rápida e amplamente possível a sindicalização dos trabalhadores rurais. A influência e a responsabilidade do Estado federal encontravam-se portanto diversamente engajados na região. Procurando soluções de compromisso, social bem como politicamente satisfatórias para as forças ascendentes,⁵⁴ as autoridades federais encontraram plantadores-usineiros⁵⁵ dispostos a colaborar com um projeto que podia conseqüentemente ser apresentado como aceitável para todas as partes. Entre os prestigiosos ‘padrinhos’ da Cooperativa Tiriri, o Presidente João Goulart a designava como “*uma etapa intermediária para a Reforma Agrária.*”⁵⁶ Por sua vez, esta participava do conjunto de medidas chamadas ‘reformas de base’ estreitamente associadas à defesa do regime democrático. “*O povo só acredita na democracia se esta é o instrumento de suas reivindicações e conquistas.*”⁵⁷ As cooperativas entravam no rol das ações consideradas prioritárias e encontravam a aprovação dos mais diversos setores, inclusive da Igreja e dos meios acadêmicos.⁵⁸

As autoridades do Estado, com o governo Arraes, manifestaram-se muito favoráveis à Cooperativa, embora sua ação direta fosse mais modesta. Algumas pessoas chave no processo de estruturação e iniciação do projeto, como Jader de Andrade e Socorro Ferraz,⁵⁹ faziam parte da equipe governamental. A benevolência e o apoio que as autoridades do Estado manifestavam em relação às iniciativas populares no campo social, político e cultural, contribuiu para criar um clima de emulação em harmonia com a experiência de Tiriri. Entre as medidas mais apreciadas estava a nova orientação dada à força policial:

Pela primeira vez na história de Pernambuco, a polícia atuou no sentido de manter a ordem justa sem espancar nem prender camponeses.⁶⁰

A **equipe de apoio** inicial, organizada pela SUDENE, era composta de quadros técnicos devotados, muitas vezes militantes de esquerda,⁶¹ animados de um espírito de modernidade social quando não propriamente de um projeto socialista. Alguns deles tinham lançado iniciativas políticas e sociais na área rural antes mesmo da intervenção oficial da SUDENE. Sua atuação militante coincidiu então com um projeto ao qual se dedicaram com um empenho e uma compreensão do contexto sem dúvida extremamente benéficos. A Cooperativa de Tiriri era a ocasião de fazer progredir simultaneamente a consciência e o nível de vida dos trabalhadores, estimulando a sua capacidade de organização não apenas política, mas também produtiva.

Deste modo, a cooperativa nasceu de uma convergência de interesses que não excluía ambigüidades, nem antagonismos existentes ou potenciais.

2. A PRIMEIRA FASE DA COOPERATIVA DE TIRIRI 1963-1964

As condições de sua fundação

“Toda a riqueza que o Senhor vê nos campos de açúcar, meu Presidente, foi o camponês quem tirou da terra, pois ele planta a cana, limpa, colhe, cambita, carrega e entrega à usina que tira o açúcar que é a riqueza.”

João Francisco, representante dos trabalhadores, saudando o Presidente João Goulart⁶²

“No seu discurso de saudação a João Goulart, João Francisco, naquele pátio de Massangana cheio de trabalhadores, com Goulart, Celso Furtado, Arraes, ele diz que os camponeses davam crédito, estavam esperando a Reforma Agrária. Explicou como eles pensavam que devia ser a Reforma Agrária: as terras não deviam ser divididas. Devia ser, assim, um trabalho em conjunto, e eles sabiam como fazer.”

Jader de Andrade

“O que eles queriam mesmo era a terra. Eles tinham uma ânsia muito grande em ter terra. Então se organizou a cooperativa.”

Socorro Ferraz

O acaso favorecendo sua função simbólica, a Cooperativa de Tiriri foi inaugurada na casa-grande do engenho Massangana, onde nasceu o famoso abolicionista Joaquim Nabuco, coincidência devidamente lembrada por uma placa de bronze encomendada pelos usineiros:

Nas terras de massapé do velho engenho Massangana, onde Joaquim Nabuco viveu a infância e inspirou-se para a campanha libertária dos escravos, realizou-se, hoje, um século depois, a campanha libertária de terras sob a inspiração do Presidente João Goulart, através da SUDENE e do entendimento cristão e democrático dos trabalhadores rurais e dos proprietários deste engenho. 30.7.1963.

A assinatura oficial do contrato de locação das terras da Cooperativa de Tiriri,⁶³ por um período de dez anos renovável, foi marcada por festividades notáveis pela envergadura que as autoridades quiseram dar ao acontecimento:

Para a inauguração da cooperativa, veio o Presidente João Goulart. Tinha também Tancredo Neves. Ele era ministro na época. E o governador Miguel Arraes. Foi uma festa muito grande no engenho Massangana!⁶⁴

Imagens filmadas na época⁶⁵ registraram a alegria dos trabalhadores que aí se reuniram para participar do evento.

Fundada em 24 de abril de 1963 a Cooperativa de Tiriri compreendia cinco engenhos: Tiriri, Algodóais, Serraria, Massangana e Jasmin,⁶⁶ alugados aos proprietários das usinas de Santo Inácio e Salgado. Ou seja ao todo 4.900 hectares, com em torno de 400 famílias de trabalhadores rurais.⁶⁷ Uma cláusula assegurava o emprego na cooperativa de todos os moradores de suas terras.⁶⁸ Uma cota de 32.000 toneladas de cana lhe era reservada na usina Santo Inácio. O aluguel dos engenhos correspondia a 5% do valor da produção, a concorrência da cota estabelecida, sendo estipulado que podiam ser moídos até 30% acima desta, sem acréscimo no aluguel.⁶⁹

Os eventos levando à fundação de Tiriri aceleraram-se quando os proprietários da usina Santo Inácio anunciaram que, não podendo assumir os encargos salariais relativos aos seus trabalhadores rurais, eles encaravam sua demissão em massa como uma solução.⁷⁰ O Pe Melo, já envolvido com os ocupantes das terras da Rede Ferroviária, ofereceu-se para conciliar as partes e evitar tanto a demissão de trabalhadores quanto as conseqüências financeiras graves que os proprietários enfrentariam para indenizá-los. A criação da cooperativa⁷¹ surgiu então como uma saída satisfatória para todas as partes e gozando do apoio das autoridades.

Até o golpe militar de 1964, o Pe Melo não participou da experiência, pois se concordava com a fórmula da cooperativa – tendo até sugerido-a quando da mobilização inicial dos ocupantes das terras da ferrovia⁷² – ele recusava a exploração coletiva das terras fortemente incentivada pela SUDENE. Ele manteve-se portanto por um tempo numa posição de “mediador quando havia conflitos com os patrões.”⁷³ No entanto, servindo até certo ponto de caução – embora este papel fosse considerado indesejável por parte dos atores – sua presença contribuiu provavelmente a tornar a experiência mais aceitável não apenas para os proprietários, mas sobretudo para parte da opinião pública. Pois, numa época em que a imprensa enfatizava ao extremo qualquer manifestação de trabalhadores da região, logo taxada de ‘agitação subversiva’, e denunciava a suposta conivência das autoridades estaduais,⁷⁴ surpreendentemente, a Cooperativa de Tiriri⁷⁵ era tratada com certa consideração. Atribuindo o mérito da iniciativa aos usineiros, setores habitualmente conservadores dirigiam-lhe votos de sucesso, resumindo a proposta como sendo uma “coletivização original, dando ao assalariado de outrora oportunidade de trabalhar como agricultor autônomo e independente.”⁷⁶ O propósito deste tipo de experiência era identificado claramente: tratava-se de “fazer a revolução antes que o povo a faça”,⁷⁷ criando na Zona da Mata “uma classe média robusta e atuante.”⁷⁸

A pedido dos trabalhadores, a equipe da SUDENE constituiu-se então não apenas como seu intermediário junto aos proprietários, mas também como seu avalista e principal fonte de orientação. A cooperativa tornou-se um modelo, uma experiência piloto onde deveriam ser testadas as soluções então consideradas as mais avançadas em matéria de relações sociais.

As realizações da cooperativa de Tiriri

Embora o julgamento pronunciado a posteriori sobre Tiriri seja de fracasso, as pessoas que participaram da primeira fase fornecem informações que permitem desafiar esta sentença e traçar um retrato muito vivo dos primeiros doze meses da cooperativa.

As formas de organização

A primeira decisão organizativa dos associados foi determinante: monocultura coletiva da cana-de-açúcar, como em Cuba, onde foram levantados dados a respeito da experiência de coletivização em curso:

Dr Jader de Andrade havia enviado um técnico a Cuba, para ver como ficaram as plantações cana-de-açúcar depois da Revolução socialista (...) se iam partir para uma reforma agrária ou fazer fazendas de Estado. O técnico voltou explicando que eles tinham optado pelas grandes fazendas de Estado. Haviam feito uma experiência com pequenas fazendas de açúcar, partidos de açúcar – uma repartição na zona açucareira – que não tinha dado bons resultados.⁷⁹

O fato de manter a monocultura canavieira não foi questionado, pois a cana continuava sendo sinônima de riqueza; a opção coletivista de base, por estranha que fosse às tradições locais e ameaçadora que possa parecer a alguns, foi considerada por muitos como uma conseqüência lógica da atividade açucareira que só poderia ser eficiente em grandes extensões.

A opção de continuar com a cana foi ligada a uma opção de não dividir a terra: não se faria uma reforma agrária no sentido da divisão da propriedade.⁸⁰

A decisão de não parcelar as terras apoiava-se também num raciocínio divulgado a respeito das propostas de Reforma Agrária: “*É inútil quadricular o mapa do País e sair distribuindo quintais a todo mundo*”,⁸¹ escrevia Antonio Callado. Tanto mais assim que os dirigentes da SUDENE previam um futuro mais ambicioso ainda para a cooperativa. “*Pois a idéia de Jader de Andrade era de agregar a usina à experiência.*”⁸²

É interessante notar que os mais diversos pontos de vista rendiam-se a uma certa exigência considerada como intrínseca à cultura da cana: a necessidade da grande extensão das unidades produtivas. Tanto Francisco Julião⁸³ – falando de “*cooperativas superiores*” em alusão à experiência chinesa – quanto o Pe Melo – sugerindo cooperativa de comercialização – insistiam na impossibilidade de praticar (ou comercializar) esta cultura com destino industrial em pequena escala. Além disto, os mais politizados dos técnicos temiam a parcelização das terras por constituir um grande perigo para a coesão do grupo de associados.

Então não se podia dividir aqueles engenhos por todos os associados, seria politicamente horrível. Não iria a lugar nenhum porque daqui que se começasse a dividir as melhores terras e as terras menos cultiváveis etc., então passar-se-iam três ou quatro anos só para fazer isto. Ia ser uma luta fratricida entre eles, porque eles sabiam quais eram as melhores terras. Achei mais correto que todos os engenhos pertencessem à cooperativa e essa cooperativa ficaria com uma direção onde os associados iriam se revezando.⁸⁴

Organização e remuneração do trabalho

Numa região onde o descumprimento das normas trabalhistas é a regra até hoje, o simples respeito dos direitos trabalhistas tornava os associados de Tiriri privilegiados em relação aos seus colegas. “*Era um exemplo para os outros*”:⁸⁵ recebiam salários segundo as normas clássicas de remuneração na cana, ou seja, por produção. Parte dos excedentes era distribuída aos melhores trabalhadores, incentivando o desempenho individual.⁸⁶ Somavam-se ainda os benefícios que o fundo comum da cooperativa proporcionava ao conjunto dos associados em termos de melhoria das condições de vida e de trabalho. Os trabalhadores de outros engenhos vinham com frequência verificar por si mesmos estes resultados.

Preocupados em assegurar um máximo de eficiência produtiva a sua empresa, os associados resolveram manter a organização e divisão do trabalho nos moldes anteriores. Mas – diferença fundamental – o cabo e chefe de

campo eram doravante trabalhadores eleitos e revogáveis a qualquer momento, até mesmo por pretextos fúteis.⁸⁷ As mudanças imediatas limitaram-se à exclusão das crianças até doze anos do trabalho nos canaviais, embora isto constituísse uma perda em termos de ganho familiar, pois costumavam⁸⁸ ajudar os pais na tarefa desde muita tenra idade, compondo e amarrando os feixes de cana.

O trabalho das mulheres na cana era igualmente mal visto pela maioria dos associados por ser penoso demais. Outras atividades produtivas foram-lhes então oferecidas como a confecção de roupas,⁸⁹ de doces⁹⁰ etc., atividades essas que foram introduzidas com a ajuda dos técnicos da SUDENE.

Os membros da cooperativa achavam que os homens poderiam agüentar tal trabalho pesado mas as mulheres deveriam ficar em casa, melhorar as condições de vida, ter água mais perto, porque elas tinham que lavar roupa, cuidar da casa. Eles queriam, fazer a divisão do trabalho.⁹¹

Observadora atenta, ela mesma profissional e politicamente engajada, Socorro Ferraz não deixou de notar a reação de algumas associadas que não defendiam, ou mesmo discordavam deste ponto de vista, pouco inovador em si, embora movido por uma evidente preocupação com o conforto familiar.

Algumas, mesmo casadas, queriam ficar trabalhando no campo porque elas recebiam seu dinheiro a parte. Mesmo mulheres casadas, elas preferiam. Mas não era a maioria, não. Elas ganhavam por tarefa, mas a quantidade de trabalho sempre era menor.⁹²

Educação

A educação, informação e formação profissional eram objeto de atenções assíduas. O projeto dependia, em boa medida, da capacitação dos associados, não apenas em técnicas artesanais ou agrônômicas novas, mas também na área de contabilidade e gestão indispensáveis ao bom funcionamento da cooperativa. A alfabetização das crianças e dos adultos foi vigorosamente encorajada e beneficiava-se dos métodos mais modernos. Uma filha de Paulo Freire coordenava a parte pedagógica da experiência.

Acho que um dos primeiros lugares onde foi provado objetivamente o método Paulo Freire foi lá, em Tiriri, com Madalena e o grupo dela.⁹³

A alfabetização era um meio de mobilização e privilegiado de conscientização política:

O método Paulo Freire fornece muito instrumental para isto. A partir das famílias, através das palavras, você vai organizar a aprendizagem e o conhecimento. E, ao mesmo tempo, você vai aprendendo e se interessando pelo assunto. É algo da sua problemática, do seu universo, do seu dia a dia. Isto era muito importante. Por exemplo, começávamos a trabalhar 'tijolo'; tijolo leva a várias famílias e depois a própria palavra 'tijolo' leva a discutir a questão da construção da casa, de como construir; a questão da construção da casa leva à questão do trabalho etc. A palavra trabalho, também, inicia já numa outra fase. Você faz uma pesquisa do universo, levanta as palavras e, a partir daí, você monta as aulas, sempre a partir de sílabas, que vão formando outras famílias etc. Este método dava uma ajuda enorme à formação política e, ao mesmo tempo, a aprendizagem da escrita e da leitura.⁹⁴

Apesar da modernidade dos métodos e do entusiasmo, os educadores enfrentavam, às vezes, incredulidade e falta de interesse:

Alguns camponeses reagem a isto porque, quando os chamávamo-nos, com emulação, eles diziam: "O que vai mudar se eu aprender a ler? Vou deixar de trabalhar na enxada? Para trabalhar na enxada, não preciso ler nem escrever. Meus pais também não sabiam ler nem escrever, e não vou precisar, porque isto não vai mudar minha vida."⁹⁵

Mas tratando-se das crianças, a vontade de lhes providenciar uma instrução básica era unânime: "*Eles queriam escolas para seus filhos.*"⁹⁶ A educação formal parecia aos canavieiros o caminho mais seguro para permitir que seus filhos alcançassem um futuro melhor. Uma das primeiras iniciativas dos associados, como conjunto, foi a reforma e construção de escolas. A formação profissional especializada de alguns deles em prol do bem comum

era outro aspecto aprovado sem reservas: o aprendizado de técnicas agrícolas novas, a introdução de culturas (sobretudo na fruticultura),⁹⁷ ou um treinamento de parteira, no Recife, para uma trabalhadora que vinha ajudando suas vizinhas a dar à luz etc.

Todas as testemunhas insistem bastante nesta questão da educação, informação, formação profissional etc. Como o sublinha Socorro Ferraz:

De um certo modo o que tinha por trás do trabalho de alfabetização e de politização, era aquela idéia iluminista da Razão e do Progresso e da Razão marxista; na realidade nós não tínhamos a percepção disto; mostrávamos a eles que iam ter Progresso aprendendo a ler e a escrever. Sairiam pelo menos daquela situação de ignorância total. Mas eu não sei se de fato esta reação, a de não aprender a ler e escrever, é uma questão... até, uma forma de repúdio ao estabelecido... ou se de fato era uma falta de perspectiva e de visão.

A falta de conhecimento – do mundo em geral, urbano em particular – e o apego aos modos antigos de comportamento (no vestuário por exemplo⁹⁸) podiam ser considerados como uma defasagem a ser corrigida. Para os técnicos politizados, isto não acarretava julgamento de valor algum sobre os associados.

Nós éramos de diferentes histórias, tempos históricos completamente diferentes. Todos nós. Tinha os camponeses e nós que vivíamos tempos históricos diferentes.⁹⁹

Priorizando a educação básica e a formação profissional, os técnicos procuravam também providenciar conhecimentos gerais, informações sobre a atualidade etc. que permitiriam uma inserção individual e coletiva melhor dos associados na sociedade maior e contribuiriam para o sucesso do empreendimento. Pois a assistência da SUDENE era temporária e deveria ser substituída pelos próprios associados, inclusive nas áreas mais difíceis para eles da gestão contábil e das relações financeiras com o 'exterior'.¹⁰⁰ Com efeito, a falta de técnicos habilitados era grande.

Esse era um obstáculo para nós fazermos outras cooperativas (...) Nós não tínhamos força de organização (...) Começamos a fazer cursos de gerente de cooperativa. (...) Nós mostrávamos que o caminho era as cooperativas, mas esbarrava tudo no problema da gerência.¹⁰¹

Apesar destas dificuldades, as testemunhas são eloqüentes. É nítida a admiração que os mais politizados dos técnicos sentiam frente aos esforços e capacidades dos trabalhadores. Lamentando sua falta de formação e os obstáculos que isto acarretava para a evolução da cooperativa, os cidadãos surpreendiam-se com a memória dos seus parceiros rurais analfabetos, bem como com seus conhecimentos empíricos em agronomia que desafiavam – com êxito – as orientações as mais modernas (portanto supostamente mais eficazes) dos especialistas da área.

Eleito por seus companheiros, João Francisco era encarregado de coordenar e supervisionar a parte da produção agrícola. Era de longe a função a mais importante:

“A primeira coisa para o funcionamento da cooperativa era a figura do homem que se chamava o chefe de campo. Os camponeses acharam que a estrutura organizacional nos engenhos devia ser a mesma, ou seja, que deveria ter o chefe de campo: isto é o homem que é praticamente o administrador dos engenhos, encarregado de verificar qual é a cana que deve ser cortada, qual a área que deve ser cortada ou plantada durante aquele ano. É uma função fundamental. Também cabe a ele verificar os meios de produção para fazer a colheita, os cuidados com as máquinas, os animais de trabalho, os fertilizantes, o problema de como cultivar de acordo com a topografia. Tem que ser um homem que conheça isso. E um dos líderes daquela época, o João Francisco, foi encarregado de ser chefe de campo.

“Dirceu¹⁰² ficou muito preocupado porque ele tinha feito todo um sistema para tomar notas, para um controle de toda a produção através de fichas, número de trabalhadores, de hectares etc. E o João Francisco, como um trabalhador, como um homem de trabalho, era analfabeto. A cooperativa ia começar a operar com um chefe de campo, com um administrador analfabeto. Dirceu, preocupado, veio me dizer isto. Falei: “Olha, não há problema. Você contrata uma secretária para João

Francisco. Vai ser o primeiro camponês no Brasil com uma secretária. O problema é que ele é um líder. Nós não devemos nós imiscuir de forma alguma na cooperativa. Eles que tomem a decisão. Se a decisão for que ele seja o chefe de campo e os companheiros estão de acordo, ele vai ser o chefe de campo. Nós não temos nada que ver com isso. O problema é como fazer para que todo este trabalho que você faz não seja perdido, para que estas fichas sejam preenchidas.”

“No outro dia, às quatro horas da manhã, João Francisco selou o cavalo e foi trabalhar. Foi em cada engenho fazendo um levantamento de tudo o que tinha lá. E às quatro horas da tarde, quando chegou, o Dirceu estava lá. Ele disse: “Dr Dirceu, anote aí o inventário. No engenho tal tem tantos hectares de cana de primeiro ano, tantos hectares de cana de primeiro corte, de soca, ressoca; tem tantos animais de trabalho; tantas casas de trabalhadores, as casas estão precisando de conserto tal. Tem tantos sacos de adubo; tantas máquinas, tratores, carroças.” Ele foi fazendo um inventário de todos os quatro engenhos. Quando ele terminou, Dirceu veio me ver e disse: “Não há cabeça que possa guardar um negócio desses. O cara veio fazer um inventário dizendo de cabeça o número de carros de boi, de cavalos, mulas, número de hectares plantados etc. em cada engenho. Amanhã vou fazer uma amostragem para ver os erros e tal.” Falei: “Você não subestima esse pessoal, o João Francisco. O que acontece é que eles são analfabetos, mas têm uma cabeça, uma memória enorme. É a única coisa que eles têm. Você anota tudo e não pode memorizar como uma pessoa que só tem a memória.” No outro dia ele fez a amostragem e estava tudo mais ou menos certo.”

Saúde

Entre os novos conhecimentos, a educação sanitária ocupava um lugar de destaque, pois as condições de saúde alarmantes destas populações as colocavam a mercê de afecções que para pessoas bem alimentadas seriam apenas benignas. Além da assistência médica dispensada e organizada pelo médico Fernando Barbosa, a equipe da SUDENE divulgava informações básicas:

O médico fazia palestras sobre como evitar doenças: a esquistossomose, as amebas, todas estas doenças parasitárias e outras muito comuns. Doenças graves na Zona da Mata, doenças carenciais mesmo. Vi crianças, por exemplo, desidratadas que apresentavam quadros terríveis, tipo Biafra. Muitos casos. Não tinha dia e hora tal. Era preciso estarmos presentes em todos os momentos para aproveitar fatos que merecessem uma reflexão. Fazíamos isto no dia a dia.¹⁰³

Um ambulatório central e instalações mais modestas em cada engenho dispensavam cuidados aos associados diariamente.¹⁰⁴ Este sistema de saúde envolvia vários médicos, um dentista, assim como enfermeiros e uma parteira residente. Ele serviu de modelo para outros projetos, como o de Pindaré Mirim no Maranhão.¹⁰⁵ Os medicamentos básicos eram fornecidos pelo LAFEPE.

As orientações dietéticas encontravam-se facilitadas pelo fato das culturas alimentícias terem sido desenvolvidas na cooperativa.¹⁰⁶ Uma vez os barracões fechados, uma cooperativa de consumo foi organizada para abastecer os associados, com sede principal em Algoduais e vendas abertas em cada engenho. Ela se fornecia na feira do Cabo que, como o comércio da Zona da Mata naquela época, conheceu um florescimento espetacular e único, pois com a aplicação do salário mínimo na região, os canavieiros começaram a poder comprar bens como camas, roupas etc. até então inacessíveis. Aumentou de dois para vinte o número de bois abatidos semanalmente para abastecer a feira do Cabo. “*Eles passaram a comer carne!*” comenta Fernando Barbosa.

Naturalmente, no que diz respeito à saúde como nos demais campos de atuação da cooperativa, era preciso conciliar as medidas preconizadas pelos profissionais com as resistências culturais, mas também com as expectativas dos associados ávidos de modernidade.

O médico receitava aos trabalhadores e suas famílias vermífugos, achando (entre outras razões) que seria absurdo deixá-los dividir seus magros recursos alimentícios com os diversos parasitas abrigados nos seus organismos. Mas o que os associados queriam, era ‘verdadeiros’ medicamentos modernos, tipo penicilina. Foram então reclamar aos dirigentes da equipe técnica da SUDENE, pedindo até a remoção do médico, embora este fosse seu

conhecido de longa data, e lhes prestasse assistência (em circunstâncias muito difíceis) antes mesmo do projeto da Cooperativa.¹⁰⁷

Organização e tomadas de decisão

Todas as decisões eram tomadas em assembléia, inclusive as financeiras; as discussões então travadas eram consideradas como desejáveis para o bom entrosamento entre associados, e também com a equipe da SUDENE. Constituíam a melhor oportunidade para divulgar informações indispensáveis e contribuir assim à formação e conscientização do coletivo como um todo.

Tinha muitas discussões. Todas as decisões eram tomadas em assembléia, apesar de haver uma diretoria técnica, uma diretoria política da cooperativa. Principalmente quando a SUDENE queria tratar de algum assunto que fosse novidade, os técnicos não tratavam só com a diretoria. Eles pediam uma assembléia maior. Por exemplo: questões como dificuldades com o financiamento, com o crédito, o dinheiro, em geral, se falava francamente em assembléia. Também a parte de educação, de saúde. Isto era muito complicado, porque as assembléias eram muito tumultuadas pela discussão política e também pela desinformação da grande maioria dos camponeses.¹⁰⁸

Os temas variavam da divisão, distribuição e fiscalização do trabalho até relações externas.

A noite sempre havia uma assembléia para a discussão de, por exemplo, como enfrentar o barracão, como enfrentar uma outra reunião, digamos, com o Senhor de Engenho, uma discussão com a polícia. Se o Pe Melo vinha fazer uma visita, como enfrentar suas possíveis propostas; como enfrentar qualquer evento. Realmente, era uma discussão permanente, em todos os níveis, principalmente no que diz respeito ao trabalho no campo. As pessoas também aproveitavam estes momentos para dar opiniões: "Olhem, tem que ser feito assim..."¹⁰⁹

A assiduidade dos associados às reuniões constituía então uma boa medida do interesse pelos temas tratados.

As assembléias se faziam apos o trabalho, a partir de 5 horas da tarde, às vezes, iam até 8 ou 9 horas da noite. Eram assembléias altamente cansativas, porque todos queriam falar, todos queriam opinar, e havia um desnível político entre os associados, um desnível, às vezes, de compreensão da própria vida e de falta de perspectiva de vida.¹¹⁰

Se os técnicos da SUDENE tentassem “fazer passar” decisões que lhes pareciam indispensáveis (“*Quando se decidia alguma coisa polêmica, depois de muita discussão, muitas vezes tínhamos que dirigir a reunião, para conseguir alguma coisa*”¹¹¹), a aplicação rigorosa dos princípios democráticos fazia com que tais “boas decisões” tenham vida curta caso o conjunto dos membros – inclusive sua metade feminina – não fosse realmente convencido.

As mulheres participavam muito das assembléias, mas apenas uma ou outra falava. No entanto, no outro dia, quando a decisão não era do tipo que a gente sentisse que saísse de dentro daquela assembléia, ou seja uma decisão da maioria do pleno, no outro dia então, eles chamavam a SUDENE e diziam que queriam rever tudo. O tempo era muito gasto nas revisões das decisões das assembléias. Principalmente as mulheres tinham um poder incrível de falar com seus homens a noite e rever tudo no outro dia. [A mulher] tinha um poder muito grande, mas ela o manifestava muito pouco no momento da assembléia. Algumas falavam nas reuniões, mas geralmente o poder delas era mudo. Havia uma zona meio cinzenta de poder. Eu acho que a mulher ocupava esta zona. A noite, ao dormir, ao chegar em casa, ela falava com o marido e, no outro dia, ele colocava tudo ao contrário.¹¹²

As dificuldades inerentes a uma gestão comunitária surgiam também na organização do trabalho em si, particularmente no que tange à fiscalização das tarefas, verificação que incumbia a outro associado.¹¹³

Jader de Andrade conta a história de João Francisco, chefe de campo eleito, que foi revogado por um tempo pelos seus pares por andar a cavalo pelos quatro engenhos “*como fazia o cabo antes*”. Já que as coisas tinham mudado, diziam alguns, parecia inaceitável que um companheiro identificasse-

se assim – nem que seja pelo meio de transporte – aos cabos do ‘Antigo Regime’, por assim dizer. O cavalo, bem como as armas de fogo, constituem marcas de autoridade num sistema onde a violência patronal é cotidiana e geralmente impune até hoje.¹¹⁴

Chamado de volta após poucos dias em razão de suas qualidades e da confiança que os outros trabalhadores tinham nele, João Francisco cumpriu doravante seu papel... a pé!

Do mesmo modo, os associados decidiam livremente das adesões possíveis à sua cooperativa. Um engenho convidado a fundá-la havia se recusado. Seis meses depois, seus habitantes convenceram-se do bem fundado da tentativa. Os engenhos pioneiros decidiram então que “*ele seria castigado. O castigo era que naquele ano, não entraria na cooperativa. Só no próximo ano.*”¹¹⁵

Esta notável capacidade a se organizar e tentar um empreendimento inédito devia-se sem dúvida em parte ao fato de que certos trabalhadores destes engenhos já eram militantes de Ligas Camponesas. A criação dos sindicatos, na mesma época, foi considerada como um reforço bem-vindo para a luta e a dupla militância era praticada sem problema por muitos dos dirigentes rurais, inclusive os de Tiriri.¹¹⁶

Embora o golpe militar tenha impedido qualquer balanço do primeiro ano da cooperativa, mudanças positivas ocorreram nas condições de vida e de trabalho de seus membros. Em princípio livres das intimidações e violências patronais, senhores nas suas terras, os trabalhadores empregaram-se, portanto, ativamente em melhorar suas vidas e os frutos destes esforços apareceram sem tardar.

As relações com os proprietários: a questão das indenizações trabalhistas

Apenas um aspecto é considerado discutível: os proprietários das terras, Rui e Valter Cardoso, eram “progressistas” e “idealistas” segundo alguns autores.¹¹⁷ Responsáveis por atos de intimidação contra trabalhadores, eles não se distinguem do comum dos plantadores segundo outros.¹¹⁸ Mas, fizeram certamente um bom negócio. Com efeito, ao alugar as terras, os trabalhadores rurais tornavam-se parceiros dos seus antigos empregadores e renunciavam

de fato às vantagens que a lei lhes concedia em caso de demissão.¹¹⁹ Socorro Ferraz sublinha que isto provocou a oposição de diversos membros da equipe técnica da SUDENE que não admitiam que a operação se fizesse em detrimento dos direitos adquiridos dos trabalhadores.¹²⁰

O Professor Manuel Correia de Andrade lembra, por outro lado, a juventude e falta de experiência dos irmãos Cardoso, seus antigos alunos. A oposição dos outros proprietários – “*Os usineiros os pressionaram para que não arrendassem as terras dos engenhos*” – culminaram numa reunião solene da Cooperativa dos Usineiros: “*Queriam discutir o suicídio da lavoura canavieira, mediante o haraquiri dos ‘dois meninos doidos’*.”¹²¹ Como afirma mordazmente Antonio Callado, Rui Cardoso (o mais citado dos irmãos) “*não tem velhos braços a lustrar. Quer produzir e vender sua mercadoria e não vê por que suor de camponês explorado melhore o gosto do açúcar*.”¹²²

No entanto, frente a trabalhadores rurais já organizados e um governo (federal e estadual) decidido a fazer respeitar a legislação trabalhista, estes empregadores podem ter aceito mais facilmente a proposta da SUDENE, por ser ela, nos seus próprios termos, “*a melhor solução capitalista para os usineiros*.”¹²³ Além do perdão implícito das dívidas sociais, Jader de Andrade enfatiza ainda outras vantagens concretas para os proprietários: ganharam financeiramente em flexibilidade para gerir o resto do seu patrimônio, ou seja duas usinas e vários engenhos. Aqueles alugados à Tiriri pertenciam todos à usina Santo Inácio destinada a ser fechada para concentrar a moagem da cana na usina Salgado. A reestruturação da empresa era assim facilitada, sem pôr em risco o abastecimento em cana,¹²⁴ assegurado no contrato, nem a propriedade das terras que lhes seriam devolvidas ulteriormente. As relações financeiras entre usineiros e cooperativa, durante o curto período que antecedeu o golpe militar, são descritas como rigorosamente corretas de ambas as partes.

3. AS OPINIÕES E O TEMPO

“Só se pode ser contra Tiriri por má informação ou má-fé.”

Lendo a imprensa da época e escutando estas testemunhas, para as quais Tiriri constitui um exemplo a ser seguido, conclui-se que o empreendimento foi bastante proveitoso para as diversas partes, o que representa precisamente a proposta – para não dizer a aposta – inicial. Esta fase está descrita como “*muito boa para Tiriri*” segundo “*a maioria dos cooperativados*”.¹²⁵

No entanto, outros depoimentos contradizem frontalmente este balanço. Sobretudo aqueles dados por antigos colaboradores do Pe Melo, como Manoel Alves, presidente da cooperativa por muitos anos após o golpe a pedido do próprio sacerdote. Entre os traços mais marcantes de sua abordagem nota-se a ausência de qualquer referência a realizações propriamente sociais. Ademais, ele manteve um silêncio eloqüente sobre o próprio golpe militar de 1964, embora este evento tirasse brutalmente de cena boa parte dos atores: sindicalistas, militantes das Ligas Camponesas e de esquerda em geral, técnicos da SUDENE, sem esquecer os ilustres padrinhos de Tiriri: o superintendente da SUDENE, o governador do Estado, seu secretário à Agricultura, além do próprio Presidente da República, todos foram perseguidos, presos e/ou exilados.

Este discurso considera duas épocas distintas (da criação até o golpe e depois do mesmo) como um período homogêneo e uniformemente catastrófico a época da “gestão da SUDENE” de 1963 a 1968, descrita como uma era de “bagunça”:

A cooperativa quase faliu; a cota que era de 32.000 passou pra menos de 20.000. Quase fecha. (...) Em 68, passamos 13 semanas sem receber um tostão, os barracões fecharam, até garrafa a gente dava para aquelas mulheres trocar aqui, na rua, por leite para dar às crianças; (...) tudo morrendo de fome.¹²⁶

As causas do declínio são atribuídas, não à própria SUDENE que “*queria levar a cooperativa pra frente*”,¹²⁷ mas aos “*funcionários que ela botava [e] eram sem responsabilidade, estragavam. (...) iam farrar, gastar, estragar. O problema foi esse.*”¹²⁸

A terminologia é deliberadamente forte mas vaga, sugerindo graves desmandos. Nenhuma menção é feita dos esforços da primeira equipe da

SUDENE no sentido de uma melhoria das condições de vida e de trabalho dos membros da cooperativa. Nem das perseguições que muitos deles sofreram após o golpe.¹²⁹ Pois a mudança dos quadros técnicos – “*a SUDENE trocou tudinho*”¹³⁰ – está entendida como um vão esforço dos escalões superiores da autarquia para tentar corrigir os excessos de seus subordinados.

O outro fator considerado determinante para o fracasso da Cooperativa durante a fase de trabalho coletivo, sancionada pela intervenção federal de 1968, é a “*falta de motivação*” dos trabalhadores. Walter Costa Porto, o autor mais enfático na explicação, justifica a retirada temporária do Pe Melo durante a primeira fase:

Enquanto o idealizador de Tiriri se batia para que cada sócio recebesse uma parcela do solo, trabalhando-a como coisa sua, individual, o órgão técnico impunha a fórmula da ‘exploração coletiva’, pertencendo o ‘todo’ à Cooperativa, para a qual o lavrador devia trabalhar como assalariado. No fundo, simples ‘troca de patrão’: em vez do usineiro ou do senhor de engenho, como das praxes, (...) novo empregador – a Cooperativa. Impossível conciliar os pontos-de-vista conflitantes. O Padre Melo se afastou da execução do projeto, assumindo a SUDENE a responsabilidade pelos destinos do empreendimento. E não tardou muito o começo da “degringolada”. Por um lado, a exploração coletiva pela Cooperativa, não ensejando motivação maior aos lavradores, acarretou, de saída, a queda vertiginosa da produção de cana – que de 30.134 toneladas na safra 63/64, desceu na safra seguinte para 22.708, caindo, sucessivamente para 12.293 e pouco mais de 11.000 nas safras seguintes.¹³¹

Embora qualquer reorganização da produção costume causar um provisório declínio na produção, ignora-se o relativo sucesso que constituiu o resultado obtido na primeira safra (30.134 toneladas), muito próximo das 32.000 toneladas do contrato com a usina, calculado de acordo com um potencial produtivo médio. Ignora-se também o golpe militar, e permanece, portanto, sem explicação a brusca queda de produção que o segue, a não ser pela ‘má administração’ da SUDENE. A guinada radical na orientação política da própria autarquia, a mudança dos efetivos do pessoal técnico, as

perseguições policiais às quais os antigos participantes bem como membros da própria direção¹³² da cooperativa foram submetidos, não teriam afetado o desempenho da Cooperativa. A mesma análise encontra-se na obra de autores acadêmicos.¹³³

Em suma o aspecto econômico, resumido à produção de cana da cooperativa, isolado do resto das suas realizações, justificaria a condenação em bloco da experiência sobretudo da exploração coletiva. Quanto aos outros aspectos mencionados – o funcionamento da cooperativa, por exemplo – eles são apresentados genericamente como negativos: Walter Costa Porto evoca “*os tempos iniciais, quando os associados ouviam apaticamente as sugestões dos técnicos do governo e nem sabiam exprimir bem as suas tão confusas esperanças.*”¹³⁴

‘Apáticos e confusos’, os membros da cooperativa não poderiam, portanto, ser os agentes de sua própria história. Este argumento contra a exploração coletiva assimila ainda a gestão comum na cooperativa a uma “*simples troca de padrão*”, pelo fato que a estrutura de funcionamento e a organização do trabalho permaneceram as mesmas.

Em contrapartida, a atitude dos proprietários é altamente valorizada: “*O Dr Rui Cardoso era uma pessoa muito boa.*”¹³⁵ O papel do Pe Melo é considerado como muito positivo e apresentado, a cada etapa, como determinante: “*Pe Melo foi à SUDENE e levou o projeto de formar uma cooperativa. O pessoal da SUDENE se agradaram e achavam que dava certo e aprovaram o projeto.*”¹³⁶ Intermediário dos trabalhadores, o Pe Melo tinha livre acesso às autoridades bem como aos patrões: “*Pe Melo conhecia bem o usineiro da usina Santo Inácio (...). Falou para arrendar o restante do engenho. E o Dr Rui Cardoso era uma pessoa muito boa e aceitou.*”¹³⁷

Curiosamente, estas opiniões, expressas a posteriori, entram em contradição com aquelas formuladas na época dos acontecimentos por pessoas no entanto em perfeita consonância política com esses autores e atores.

Assim, num tempo em que não se passava um dia sequer sem que a grande imprensa da região – *Diario de Pernambuco* e *Jornal do Commercio* – publicasse editoriais e artigos sobre as ameaças comunistas, denunciando o ‘perigo vermelho’, e divulgasse notícias alarmistas sobre atividades

subversivas armadas com apoio estrangeiro – cubano preferencialmente, mas também russo, chinês e até... francês! – a Cooperativa de Tiriri gozava de uma surpreendente áurea de benevolência. Tal comentarista habitualmente incisivo, fazia o elogio do estilo adotado por Tiriri: “*calmo, pacífico, dentro da lei*”.¹³⁸ Ela servia até de contra-exemplo evocado para criticar a postura considerada radical demais das Ligas Camponesas e da esquerda em geral, inclusive do Governador do Estado e de sua equipe. Que estes e aquelas apoiassem decisivamente a cooperativa não desarmava os autores. Pois o papel que Tiriri devia desempenhar naquela época tinha algo de exemplar para o estabelecimento de relações harmoniosas entre as classes e não podia ser ameaçado pela simples lógica. O que estava em jogo era crítico demais, pois tratava-se

da formação de uma pequena classe média, amortecedor de choque entre patrões e empregados fazendo surgir o grupo dos trabalhadores autônomos, por conta própria, elementos, desta sorte, prontos a defender a ordem leal, a tranqüilidade nos campos, a paz e a harmonia entre as comunidades rurais.¹³⁹

Um editorial, que lhe era inteiramente dedicado, qualificava a cooperativa de “*sensata, objetiva e prática*”.¹⁴⁰ Achavam-lhe ancestrais – traço aparentemente indispensável a toda boa fama – em disposições legais portuguesas do século XVI. Aplaudia-se os esforços dos poderes públicos para ajudar a Cooperativa nos seus primeiros passos, mas “*sem quebra, entretanto do espírito de autonomia da Cooperativa que, para vencer, precisa contar com os próprios esforços, pois nada substitui a ação eficiente dos que a compõem*.”¹⁴¹ Enfim, sublinhava-se sua originalidade, o aspecto pioneiro da tentativa cujo resultado teria conseqüências futuras:

Tudo quanto o poder público fizer em favor da Cooperativa de Tiriri será ainda pouco. Vai-se ensaiar um processo novo, original – pelo menos em nosso meio – e se o êxito deste plano piloto se tornar positivo, é possível que outras experiências sejam tentadas, enquanto seu fracasso matará, pela raiz, qualquer novo ensaio na região. Tiriri será, assim, o grande teste, por cujo triunfo todos devemos torcer, pois o problema se reveste de interesse geral.¹⁴²

Poder-se-ia portanto deduzir deste tratamento diferenciado que a relativa facilidade – organizativa, financeira, jurídica etc. – que marcou o início de Tiriri,¹⁴³ deveu-se em parte à visão que se tinha dela como de uma experiência capaz de fornecer um modelo para a resolução da questão social, sobretudo agrária, sem desorganizar a produção nem atingir o direito de propriedade. Ilha de calma na tempestade social e política, objeto de trégua em meio a debates inflamados, ela foi posteriormente carregada de todos os males atribuídos às forças ‘subversivas’ das quais tinha sido inicialmente distinguida. Os únicos personagens deixados a salvo desta reviravolta foram, obviamente, o Pe Melo e os proprietários que continuaram sendo objetos de muitos elogios.

Ao restabelecer brutalmente a ordem secular, o golpe militar havia selado o destino de todas as inovações em curso. Em matéria de agitação social, real ou suposta, o recurso ao arsenal repressivo clássico tornava supérflua qualquer iniciativa heterodoxa. Tiriri perdeu desta feita sua qualidade protetora de laboratório destinado a testar a fórmula da paz e justiça sociais alcançadas sem mudança na propriedade dos meios de produção.

A memória de seus esforços e realizações bem como as aspirações e os objetivos dos seus participantes iniciais, visando além das metas oficiais, foram obliterados da ‘história’ da Cooperativa, ocultados baixo alusões incriminatórias. Nesta perspectiva, sua redenção viria com a volta do Pe Melo, parcelização e distribuição das terras assegurando o triunfo da propriedade e produção privadas individuais.

A cooperativa entraria então numa segunda etapa – intrinsecamente estranha à primeira – de seu itinerário histórico como modelo de organização da produção na região canavieira, atingindo desta vez o objetivo de fracasso que lhe fora doravante estipulado nas altas esferas. Assim era feita a ‘prova’ da incapacidade dos trabalhadores rurais em gerir a produção. Enquanto isso, as esperanças que haviam sido depositadas neste projeto no momento da criação de Tiriri foram cruelmente destruídas, seus portadores impiedosamente perseguidos e os canavieiros submetidos novamente ao que Paulo Freire chama de “*cultura do silêncio*”.¹⁴⁴

Notas

- ³ A imprensa da época preferia empregar o termo de ‘*perturbações*’ para o mundo agrícola, enquanto seu equivalente urbano era ‘*inquiétudes*’, o que poderia levar a pensar que os autores associavam os acontecimentos sociais no meio rural a fenômenos de ordem natural, física; no caso, climática.
- ⁴ AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. JULIÃO, Francisco. *Cambão (Le Joug) La face cachée du Brésil*. Paris: Maspéro, 1968.
- ⁵ Assim como a estrutura sindical rural.
- ⁶ No seu auge, a Cooperativa de Tiriri agia diretamente em seis municípios: Cabo, Palmares, Catende, Bonito, São Lourenço e Paudalho.
- ⁷ ANDRADE, Joaquim Correia X. de. *Usina Caxangá: uma experiência de Reforma Agrária*. Recife: mimeo, 1987.
- ⁸ Ver MARIN, Richard. *Dom Helder Câmara, les puissants et les pauvres*. Paris: Ed. de l’Atelier/ Ed. Sociales, 1995.
- ⁹ Berlindes Astrid Kùcheman e Eduardo Biavati Pereira distinguem também três fases, mas consideram o período inicial como estendendo-se até 1968, época durante a qual a cooperativa era “*organizadora da produção e do trabalho em moldes coletivos*” à qual sucede de 68 a 78 a “*empresária coletiva da produção de seus associados*”, sendo a terceira (a partir de 78) a “*usineira*”. “Tiriri: A Cooperativa agrícola-usineira e o processo de diferenciação social entre seus associados”. In: FIGUEIREDO, Vilma. (Org.). *Estado, Sociedade e tecnologia agropecuária*. Brasília: Pax, 1989, p. 206.
- ¹⁰ Ver bibliografia.
- ¹¹ Agradeço às seguintes pessoas que gentilmente me concederam entrevistas: Manoel Alves e Amaro Alves, antigos diretores da Cooperativa; Jader de Andrade, economista, Socorro Ferraz, historiadora e Fernando Barbosa, médico, membros da primeira equipe da Sudene; Ulisses Roque da Silva e Severino Domingos de Lima, dirigentes sindicais; Euclides do Nascimento, antigo presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) e José Augusto Santana, advogado da FETAPE; Manuel Correia de Andrade, geógrafo e historiador, membro da equipe do primeiro governo Arraes. Entre os ilustres ausentes encontram-se o Pe Melo, há pouco falecido, que nunca foi inclinado a conceder entrevistas, e Dirceu Pessoa membro da equipe da Sudene que desapareceu no decorrer de uma missão a respeito, precisamente, de Reforma Agrária.
- ¹² Discurso no I Congresso Nacional de Trabalhadores do Campo, Belo Horizonte (18.11.1961).

- ¹³ Ver *CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, 1878. Trabalhos*. Introdução de Gadiel Perruci. Ed. fac-similar, Recife: CEP/PE, 1978.
- ¹⁴ EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ¹⁵ Em particular: *Sete palmos de terra e um caixão. Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- ¹⁶ *Jornal do Commercio*, 01.11.1961.
- ¹⁷ *Ibidem*.
- ¹⁸ PAGE, Joseph A. *A Revolução Que Nunca Houve. O Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- ¹⁹ *Idem*, p. 134.
- ²⁰ Page menciona sobretudo os norte-americanos, cujo governo tentava então exercitar certa influência sobre os eventos na região por meio da ação de diversos organismos como a Aliança Pelo Progresso, USAID, etc.
- ²¹ Se a ação das Ligas Camponesas e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dirigidos pelo Partido Comunista era, certamente, notável e meritória, sua capacidade de organização e força (inclusive em termos de luta armada, por exemplo), bem como o radicalismo de seus objetivos imediatos eram, sem dúvida, amplamente superestimados: pela grande imprensa geralmente contrária a sua orientação, mas também pela imprensa esquerdista que os defendia e, desejando sua divulgação, podia dar uma idéia amplificada de seu alcance.
- ²² Usado sem aspas, o termo dá uma idéia da banalização sugerida: *Diario de Pernambuco*. Clovis Melo (09.02.1962), Cleofás (19.04.1963) ou ainda de Monsenhor Arruda Câmara (06.11.1963).
- ²³ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, [1963] 1980 p. 263.
- ²⁴ E ainda atinge. DABAT, Christine Rufino. "A Terra-Privilégio. Estudo sobre a estrutura fundiária na zona canavieira de Pernambuco". In: *ANAIS DO X ENCONTRO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990, p. 133-150.
- ²⁵ Para retomar a fórmula famosa de Josué de Castro: *Une zone explosive. Le Nordeste du Brésil*. Paris: Seuil, 1965. GONÇALVES, Fernando Antônio. "Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco". In: *Boletim do IJNPS*. Recife: IJNPS, 1965, p. 117-173.
- ²⁶ Rui Carneiro, usineiro, louvando a experiência de Tiriri. *Jornal do Commercio*, 31.07.1963.
- ²⁷ *O Problema Agrário na Zona Canavieira de Pernambuco*. Recife: Imprensa Universitária, 1965. Este livro, com prefácio de Estevão Pinto, apresenta os debates

do seminário presidido por Gilberto Freyre, no Instituto Joaquim Nabuco. Manuel Correia de Andrade foi incentivado a escrever sua famosa obra *A Terra e o Homem do Nordeste* por Caio Prado Junior, que queria suscitar uma série de estudos regionais sobre a realidade brasileira, de modo a enriquecer e garantir maior realismo ao debate sobre a questão agrária e seu desfecho concreto.

- ²⁸ Cogitava-se até a emigração organizada pelo governo federal em direção a regiões de fronteira agrícola.
- ²⁹ A diversidade das propostas aparece nitidamente nos debates publicados pelo IJNPS. In: *O Problema Agrário na Zona Canavieira de Pernambuco*. Op. cit.
- ³⁰ Órgão estadual encarregado de projetos agrícolas e compreendendo um aspecto agrário. ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. Op. cit., p. 260.
- ³¹ In: PAGE, Joseph A. *A Revolução que Nunca Houve*. Op. cit., p. 100. Ver também o plano proposto (*Diário de Pernambuco*, 05.04.1961) assim como o artigo de Cid Sampaio (01.11.1961).
- ³² *Diário de Pernambuco*, 01.03.1962, p. 11.
- ³³ Herdeira da Great Western Company, empresa ferroviária que tinha comprado 143 hectares de mata do Engenho Tiriri para seu abastecimento. Uma vez este recurso esgotado, os antigos machadeiros “ficaram morando, construíram ranchinho lá.” Entrevista com Manoel Alves. Amaro Alves avalia em torno de 40 o número de famílias.
- ³⁴ Do qual faziam parte antigamente as terras adquiridas pela Companhia Ferroviária, portanto limítrofes.
- ³⁵ Estatuto do Trabalhador Rural, de 2 de março de 1963, que reforça e detalha para os assalariados agrícolas, as disposições gerais da CLT, promulgada 20 anos antes. Em dezembro do mesmo ano, o Acordo do Campo, concluído entre empregadores e empregados agrícolas da zona canavieira, à iniciativa do governador Miguel Arraes, afirmou a tendência a melhorar as condições de trabalho e de remuneração dos cortadores de cana.
- ³⁶ Seu pai, recém falecido, tinha adquirido uma fortuna considerável em atividades urbanas, a compra de usinas e engenhos coroando, de certo modo, este êxito.
- ³⁷ Os canavieiros tiveram direito ao salário mínimo a partir de março de 1963, ganhando então 450,00 cruzeiros em lugar de aproximadamente 200,00 cruzeiros (menos para as mulheres). BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Segunda Parte. 1946-1969. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 175. No decorrer do ano, ele chegou a atingir 503 cruzeiros. Antonio Callado. *Tempo de Arraes. A revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 [1964], p. 168.
- ³⁸ Declarações de Valter Cardoso a Antonio Callado. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 168.

³⁹ Rui Cardoso falou no seu discurso de Massangana: “*Mas fui, por isso, muito criticado pelos grupos extremados, que apenas falam de reforma agrária e de democracia, sem sinceramente se interessar por uma coisa nem outra.*” *Diário de Pernambuco*, 31.07.1963. Manuel Correia de Andrade, escrevendo na época dos acontecimentos sublinha: “*O êxito da pequena propriedade, se houver, em zona de latifúndio, tanto pode contribuir para o arrefecimento das tensões sociais, como afirma o economista Celso Furtado, como pode, ao contrário, despertar no trabalhador sem terras o desejo de possuí-las. É uma faca de dois gumes que o proprietário olha sempre com receio. Por isto mantém-se o usineiro na expectativa, pronto a enterrar qualquer experiência que julgue perigosa à estrutura agrária existente.*” *A Terra e o Homem do Nordeste*. Op. cit., p. 239. O efeito de contágio, temido por muitos proprietários de terra, afetava até os próprios usineiros participantes da experiência de Tiriri, pois desencorajaram violentamente qualquer desejo de adesão à Cooperativa por parte dos trabalhadores rurais de seus outros engenhos. Entrevista com Socorro Ferraz e Fernando Barbosa.

⁴⁰ O termo é de Antonio Callado. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 164.

⁴¹ *Jornal do Commercio*, 27.07.1963.

⁴² Sua grande familiaridade com os camponeses, que os jornalistas sublinhavam nas suas reportagens – “*chama a todos de ‘meu filho’*” – denotava um estilo diferente daquele dos clérigos da região. *Jornal do Commercio*, 12.11.1961. Socorro Ferraz e Fernando Barbosa confirmam que ele tinha uma grande influência sobre os camponeses do Cabo.

⁴³ A encíclica *Mater et Magistra*.

⁴⁴ *O Problema Agrário na Zona Canavieira de Pernambuco*. Op. cit., p. 89.

⁴⁵ Conferência no Instituto Joaquim Nabuco. In: *O Problema Agrário*. Op. cit., p. 81-90.

⁴⁶ *Jornal do Commercio*, 25.04.1963.

⁴⁷ *Diário de Pernambuco*, 27.04.1963.

⁴⁸ *Ibid.*

⁴⁹ Referência amplamente difundida na época e mencionada inúmeras vezes a respeito de Tiriri, nos depoimentos e na imprensa, particularmente a encíclica *Mater et Magistra*.

⁵⁰ Ele teve uma grande influência sobre o sindicato do Cabo.

⁵¹ Na sua conferência no Instituto Joaquim Nabuco, ele utiliza o termo ‘co-propriedade’. *O Problema Agrário na Zona Canavieira*. Op. cit., p. 115.

⁵² *Idem*, p. 86 e 87 e Manuel Correia de Andrade. *A Terra e O Homem do Nordeste*. Op. cit., p. 261.

⁵³ No entanto, como o sublinha Page, o Plano Diretor da SUDENE, não tratava da questão agrária. *A Revolução que Nunca Houve*. Op. cit., p. 199.

- ⁵⁴ Localmente a esquerda moderada, com Miguel Arraes no governo do Estado.
- ⁵⁵ O fato que os irmãos Cardoso sejam ao mesmo tempo plantadores e usineiros não é indiferente, na medida em que se fossem apenas fornecedores, seriam submetidos à vontade – má neste caso, sem dúvida – de um usineiro da região para escoar sua produção.
- ⁵⁶ *Jornal do Commercio*, 31.07.1963.
- ⁵⁷ *Diario de Pernambuco*, 31.07.1963.
- ⁵⁸ Manuel Correia de Andrade, *A Terra e o Homem do Nordeste*, Op. cit., p. 260 e *O Problema Agrário na Zona Canavieira de Pernambuco*. Op. cit.
- ⁵⁹ Ele foi Secretário da Agricultura.
- ⁶⁰ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Op. cit., p. 174.
- ⁶¹ Alguns, membros ou simpatizantes do Partido Comunista, atuavam na região antes mesmo da intervenção da Sudene, com o apoio de Gregório Bezerra, figura eminente na Mata Sul. Entrevista com Socorro Ferraz e Fernando Barbosa.
- ⁶² *Jornal do Commercio*, 31.07.1963.
- ⁶³ Após dois anos, a cooperativa deveria “*apresentar um projeto de aumento de produção e produtividade nas áreas totalmente mecanizáveis.*” *Jornal do Commercio*, 27.07.1963. O texto do contrato figura em apêndice na obra de Antonio Callado. *O Tempo de Arraes*. Op. cit.
- ⁶⁴ Entrevista com Manoel Alves. Ver, por exemplo, *Jornal do Commercio e Diario de Pernambuco* do dia 31.07.1963. A visita do Presidente da República comportou uma quantidade impressionante de atividades, fora o discurso em praça pública no Recife. Nenhum outro recebeu tanta atenção quanto a solenidade de Tiriri.
- ⁶⁵ Apresentadas no filme *Jango* de Silvio Tendler, de 1984.
- ⁶⁶ O engenho Jasmin seguiu os quatro pioneiros na Cooperativa. Quanto aos trabalhadores do engenho Tabatinga, da mesma usina Santo Inácio, eles recusaram-se a participar da experiência.
- ⁶⁷ Este número é dado por Valdenice Villar. *O Cooperativismo Camponês e o Estado em um Contexto de Conflito Social*. Op. cit., p. 24; e Maria Stella Grossi Porto. “Tiriri: A produção ideológica como produção material”. Op. cit. p. 251. Segundo alguns entrevistados, os efetivos foram to maiores, em torno de 1.000 famílias. Na Assembléia Legislativa, o Deputado Paulo Rangel mencionava 3.000 famílias. *Diario de Pernambuco*, 07.08.1963.
- ⁶⁸ Isto já não seria mais o caso nas fases posteriores da Cooperativa, como por exemplo em Paudalho, quando comprou a usina Mussurepe e as terras que lhe pertenciam. Entrevistas com Severino Domingos de Lima, Ulisses Roque da Silva e José Augusto Santana.

- ⁶⁹ Cláusula nona. In: CALLADO, Antônio. *O Tempo de Arraes*. Op. cit., Apêndice, p.V.
- ⁷⁰ Mais ou menos a metade dos trabalhadores rurais, segundo o empregador que sugeriu a sua emigração, providenciada pela Sudene, para um projeto de desenvolvimento rural no Maranhão. *O Tempo de Arraes*, Op. cit., p. 170. *Jornal do Commercio*, 17.07.1963.
- ⁷¹ Um embrião de organização dos pequenos produtores, instalados nas terras da ferroviária, havia sido formado pelo Pe Melo sob o nome de “Colônia Tiriri”, com a ajuda da SUDENE em 1962. Isto explica algumas divergências entre autores ou testemunhas quanto à paternidade real da Cooperativa. Entrevista com Manoel Alves.
- ⁷² Entrevista com Manoel Alves.
- ⁷³ Entrevista com Jader Andrade.
- ⁷⁴ A partir da posse do governador Miguel Arraes.
- ⁷⁵ Outras raras instâncias comparáveis são as experiências nas terras da fábrica Peixe de Pesqueira e da usina Crautá em Canhotinho.
- ⁷⁶ *Diario de Pernambuco*, 31.07.1963.
- ⁷⁷ *Diario de Pernambuco*, 02.08.1963.
- ⁷⁸ *Diario de Pernambuco*, 24.01.1964.
- ⁷⁹ Entrevista com Socorro Ferraz.
- ⁸⁰ Idem.
- ⁸¹ CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes*. Op. cit. p. 174.
- ⁸² Entrevista com Socorro Ferraz.
- ⁸³ Deputado e dirigente das Ligas Camponesas.
- ⁸⁴ Entrevista com Socorro Ferraz.
- ⁸⁵ Entrevista com Jader de Andrade.
- ⁸⁶ Idem. Antonio Callado notou, na entrada da cooperativa, painéis com os rendimentos coletivos e também individuais. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 174.
- ⁸⁷ Entrevistas com Jader de Andrade e Socorro Ferraz.
- ⁸⁸ O que se verifica ainda hoje. CENTRO JOSUÉ DE CASTRO. *Os Trabalhadores Invisíveis. Crianças e Adolescentes dos Canaviais de Pernambuco*. Recife: CJC, 1993.
- ⁸⁹ Entrevista com Jader de Andrade.
- ⁹⁰ Entrevista com Socorro Ferraz.
- ⁹¹ Idem.

⁹² Idem.

⁹³ Entrevista com Jader de Andrade.

⁹⁴ Entrevista com Socorro Ferraz.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Entrevista com Jader de Andrade.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Socorro Ferraz dá testemunho do cuidado que demonstrava a equipe de técnicos da SUDENE para manter um comportamento e aparência que não fossem suscetíveis de levantar oposições, sobretudo por parte das trabalhadoras. O código do vestuário, o tipo de relações entre homens e mulheres (inclusive entre paciente e médico) tinham que obedecer normas às quais os camponeses estavam acostumados sob pena de deparar-se com uma recusa. Entrevista com Socorro Ferraz

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Jader de Andrade menciona inúmeros problemas que a Cooperativa devia enfrentar junto aos bancos oficiais encarregados do seu financiamento.

¹⁰¹ Jader de Andrade.

¹⁰² Dirceu Pessoa, chefe da equipe, sob a responsabilidade de Jader de Andrade.

¹⁰³ Entrevista com Socorro Ferraz.

¹⁰⁴ Entrevista com Fernando Barbosa.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ As cláusulas 22 e 25 do contrato de locação garantiam esta possibilidade sem ônus suplementar para a Cooperativa.

¹⁰⁷ Entrevista com Jader de Andrade.

¹⁰⁸ Entrevista com Socorro Ferraz.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Idem.

¹¹² Idem.

¹¹³ O usineiro-proprietário dos engenhos destacava, numa entrevista com a imprensa: *“Eles fiscalizam os seus próprios trabalhos mutuamente; a queima da cana (para facilitar o corte) não é permitida entre eles, o interesse é evidente.”* *Jornal do Commercio*, 27.07.1963.

¹¹⁴ Ver, a este respeito, FETAPE. *Açúcar com gosto de sangue*. Recife: FETAPE, 1984.

- ¹¹⁵ Entrevista com Jader de Andrade.
- ¹¹⁶ Era o caso, por exemplo, de João Francisco.
- ¹¹⁷ PAGE, Joseph. *A Revolução que Nunca Houve*. Op. cit., p. 199. Page os compara aos demais plantadores de cana, considerando a adesão firme destes proprietários a uma estratégia governamental levada a cabo por técnicos conhecidos por suas simpatias progressistas.
- ¹¹⁸ Entrevista com Socorro Ferraz.
- ¹¹⁹ Idem.
- ¹²⁰ Em particular Teodelina Amado. O contrato estipulava as responsabilidades futuras da cooperativa para com seus associados (cláusula 11; a cláusula 27 desobriga a usina) e passadas da usina apenas com “*seus atuais empregados da administração dos engenhos arrendados, bem como os atuais responsáveis pelos armazéns conhecidos como ‘barracões’*.” In: CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes*. Apêndice. Op. cit. p. iv e v.
- ¹²¹ Relato dos irmãos Cardoso a Antônio Callado. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 170. Represálias foram exercidas contra eles após o Golpe de Estado que lhes custaram finalmente sua empresa açucareira. Entrevista com Manuel Correia de Andrade.
- ¹²² CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 163.
- ¹²³ Rui Cardoso, citado em *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 170, ganhou votos de congratulação e de aplausos na Assembléia Legislativa (*Diário de Pernambuco* 07.08.1963). A popularidade que Tiriri lhe valeu, o fez se eleger prefeito de Ipojuca, município vizinho do Cabo, onde está situada a usina Salgado. *Diário de Pernambuco* de 09.08.1963 sobre sua campanha “*nos braços dos camponeses*”.
- ¹²⁴ O não fornecimento da tonelagem mínima de 32.000 toneladas durante dois anos constituía uma cláusula de rescisão do contrato.
- ¹²⁵ PORTO, Maria Stella Grossi. “Tiriri: A produção ideológica como produção material”. Op. cit., p. 252 citando o relatório de KÜCHEMANN, B.A. e BIAVATI E. *Os novos produtores de cana-de-açúcar - A cooperativa de Tiriri/PE*. Relatório FINEP, Brasília, 1987 (mimeo).
- ¹²⁶ Entrevista com Manoel Alves.
- ¹²⁷ Idem.
- ¹²⁸ Idem.
- ¹²⁹ Manoel Alves cita a ação repressiva para elogiar o Pe Melo que “*ficou com o exército, no carro do exército, soltando muita pessoa que foi presa e não merecia ser presa.*”
- ¹³⁰ Idem.

- ¹³¹ Walter Costa Porto. “A Abóbada não caiu”. Tiriri, a resposta realista, ao desafio do “justo uso da terra” Recife, 1980, p. 9.
- ¹³² Quase todos foram presos ou de outro modo perseguidos.
- ¹³³ Kater, Maria das Graças Lins. “O Processo de Transferência dos Agricultores Situados na Área de SUAPE, Pertencentes à Cooperativa de Tiriri”. In: Revista de Geografia. UFPE/DCG/NAEG, Vol. 9, No 1, jan./jul. 1993, p. 67-90.
- ¹³⁴ Walter Costa Porto. “A Abóbada não caiu”. Op. cit., p. 6.
- ¹³⁵ Entrevista com Manoel Alves.
- ¹³⁶ Idem.
- ¹³⁷ Idem.
- ¹³⁸ Periscópio. *Diario de Pernambuco*, 31.07.1963.
- ¹³⁹ *Diario de Pernambuco*, 02.08.1963.
- ¹⁴⁰ *Diario de Pernambuco*, 31.07.1963.
- ¹⁴¹ Editorial do *Diario de Pernambuco*, 31.07.1963.
- ¹⁴² Ibid.
- ¹⁴³ Comparativamente a outras experiências contemporâneas.
- ¹⁴⁴ Citado por Shepard Forman. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 308.

Bibliografia

ANDRADE, Joaquim Correia Xavier. *Usina Caxangá: uma experiência de Reforma Agrária*. Recife, 1987 (Relatório CNPq - mimeo).

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1980 [1963].

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BEZERRA, Gregório. *Memórias. Segunda Parte, 1946-1969*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes. A revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 [1964].

CASTRO, Josué de. *Une zone explosive. Le Nordeste du Brésil*. Paris: Seuil, 1965.

_____. *Sete palmos de terra e um caixão. Ensaio sobre o Nordeste: uma área explosiva*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

DABAT, Christine Rufino. "A Terra-Privilégio. Estudo sobre a estrutura fundiária na zona canavieira de Pernambuco". *ANAIS DO X ENCONTRO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990, p. 133-150.

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GONÇALVES, Fernando Antônio. "Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco". In: *Boletim do IJNPS*. Recife: IJNPS, 1965, p. 117-173.

JULIÃO, Francisco. *Cambão (Le Joug) La face cachée du Brésil*. Paris: Maspéro, 1968.

KATER, Maria das Graças Lins. "O Processo de Transferência dos Agricultores Situados na Área de SUAPE. Pertencentes à Cooperativa de Tiriri". In: *Revista de Geografia*. UFPE/DCG/NAEG. Vol. 9, No 1, jan./jul. 1993, p. 67-90.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid e Eduardo Biavati Pereira. "Tiriri: A Cooperativa agrícola-usineira e o processo de diferenciação social entre seus associados". In: FIGUEIREDO, Vilma. (Org.). *Estado, Sociedade e tecnologia agropecuária*. Brasília: Pax, 1989, p. 206-245.

MARIN, Richard. *Dom Helder Câmara, les puissants et les pauvres*. Paris: Ed. de l'Atelier/Ed. Sociales, 1995.

PAGE, Joseph A. *A Revolução Que Nunca Houve. O Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

PINTO, Estevão. *O Problema Agrário na Zona Canavieira de Pernambuco*. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

PORTO, Maria Stella Grossi. "Tiriri: A produção ideológica como produção material". In: FIGUEIREDO, Vilma. (Org.). *Estado, Sociedade e tecnologia agropecuária*. Brasília: Pax, 1989, p. 246-277.

PORTO, Walter Costa. *“A Abóbada não caiu.” Tiriri, a resposta realista ao desafio do “justo uso da terra”*. Recife: 1980.

VILLAR, Valdenice Maria Alves. *O Cooperativismo Camponês e o Estado em um Contexto de Conflito Social: O Caso da Cooperativa Agrícola de Tiriri – Pernambuco*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.